



CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO 2018/2019

PAUTA DA CATEGORIA DOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, APROVADA PELA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2018, CONFORME EDITAL PUBLICADO NO "JORNAL HOJE EM DIA" DO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2018, SÁBADO, NA PÁGINA 12.

CATEGORIA PROFISSIONAL: Técnicos de Segurança do Trabalho, categoria diferenciada, na forma como previsto no § 3º do art. 511 da CLT, regulamentada pela Lei nº 7.410/85.

ENTIDADE SINDICAL: Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado de Minas Gerais. Código Sindical nº: 921.005.371.04189-7. CNPJ/MF nº25.578.642/0001-01, representada por seu Presidente, Cláudio Ferreira dos Santos, CPF nº 827.549.266-15.

BASE TERRITORIAL: Todo o Estado de Minas Gerais

CLÁUSULA PRIMEIRA – ABRANGÊNCIA

1. A presente Convenção Coletiva do Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) profissional e servidores públicos dos TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO, regulada pela Lei 7.410 de 27/11/1985 e estatuto próprio dos servidores públicos, que no exercício da profissão, mantenham vínculo empregatício com as empresas representadas pelo Sindicato Patronal Convenente e órgãos públicos, observadas as respectivas bases territoriais.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2. A vigência da presente CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO será de 12 meses, iniciando-se em **01 de Novembro de 2018, com término em 31 de Outubro de 2019**, prorrogando-se suas Cláusulas Sociais e Trabalhistas até que outro instrumento normativo a substitua, excetuando-se a garantia da data base nela prevista.

CLÁUSULA TERCEIRA – SALÁRIO NORMATIVO

3. Fica convencionado que o salário normativo dos empregados Técnicos de Segurança do Trabalho observar-se-á o seguinte critério:

a) para empregados Técnicos de Segurança do Trabalho com experiência acima de dois anos na função e na CTPS, salário normativo de **R\$3.277,37 (três mil, duzentos e setenta e sete reais e trinta e sete centavos)**, ou **R\$ 14,89 (quatorze reais e oitenta e nove centavos)** por hora.

b) para empregados Técnicos de Segurança do Trabalho com mais de um ano de experiência na função e na CTPS até dois anos de experiência na função e na CTPS, salário normativo de **R\$2.551,06 (dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais e seis centavos)**, ou **R\$ 11,59 (onze reais e cinquenta e nove centavos)** por hora.

c) para empregados Técnicos de Segurança do Trabalho com salário admissional sem experiência ou experiência de até um ano de experiência na função e na CTPS, salário normativo de **R\$ 2.176,02 (dois mil, cento e setenta e seis reais e dois centavos)** ou **R\$ 9,89 (nove reais e oitenta e nove centavos)** por hora.



CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTE SALARIAL E GANHO REAL

4. Os Técnicos de Segurança do Trabalho terão seus salários reajustados a partir da data de assinatura da Convenção Coletiva, em percentual correspondente a 100% do índice acumulado pelo ICV/DIEESE ou INPC do período acumulado de 12 meses que antecede a data base.

4.1. Aos salários dos empregados abrangidos por esta convenção, após estabelecido o índice de reajuste, será acrescido o percentual de 3%, a título de ganho real.

CLÁUSULA QUINTA – HOMOLOGAÇÃO DO TRCT – ASSISTÊNCIA DO SINDICATO

5. É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.

5.1. O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 01 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

5.2. O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado nos seguintes prazos:

- a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou
- b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

CLÁUSULA SEXTA – JORNADA 12X36

6. É válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas.

CLÁUSULA SÉTIMA - PROGRAMA DE PREVENÇÃO A RISCOS AMBIENTAIS

7. Quando o P.P.R.A. (Programa de Prevenção a Riscos Ambientais) for elaborado por profissional empregado da empresa, este obedecerá aos critérios estabelecidos pela NR-9 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA OITAVA – TRANSPORTES

8. Na hipótese da empresa fornecer ou subsidiar transporte para o trabalho, o tempo gasto durante o trajeto entre a residência e o local de trabalho e vice-versa, será considerado para fins salariais ou quaisquer outros efeitos trabalhistas.



CLÁUSULA NONA - COMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO DOENÇA

9. A empresa complementarará o valor do salário líquido no período de afastamento por doença, ou acidente de trabalho, compreendido entre o 16º e o 60º dia, em valor equivalente à diferença entre o efetivamente percebido da Previdência Social e o salário líquido, respeitando sempre para efeito de complementação, o limite máximo da contribuição previdenciária.

9.1. Para os empregados que não tenham direito ao auxílio previdenciário por não terem ainda completado o período de carência exigido pela Previdência Social, a empresa pagará 70% do salário mensal entre o 16º e o 60º dia, respeitado também o limite máximo de contribuição previdenciária.

9.2. Não sendo conhecido o valor básico da Previdência Social a complementação deverá ser paga em valores estimados.

9.3. Excluem-se os empregados afastados durante a vigência do contrato de experiência.

9.4. Estando o empregado em gozo de auxílio doença, as empresas fornecerão os vales-transportes necessários à locomoção do mesmo para a realização da Perícia Médica, quando solicitada pelo órgão previdenciário.

CLÁUSULA DÉCIMA - AUXÍLIO POR MORTE OU INVALIDEZ PERMANENTE

10. No caso de falecimento do empregado que receba até 10 (dez) vezes o salário mínimo, como salário nominal, a empresa pagará a título de auxílio por morte, em parcela única, juntamente com o saldo de salários e outras verbas trabalhistas remanescentes, 02 (dois) salários nominais (base).

10.1. Os valores estabelecidos nesta cláusula, para os empregados que perceba salário nominal (base) acima de 10 (dez) vezes o salário mínimo será de 01 (um) e 02 (dois) salários nominais, respectivamente.

10.2. A Empresa que assim o desejar poderá fazer substituir esta obrigação por seguro de vida equivalente, cujo custeio deverá ser de sua responsabilidade.

10.3. O estabelecido nestas cláusulas (e itens) aplica-se aos casos de infortúnio dos quais venham a decorrer invalidez permanente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

11. As empresas farão em favor de seus empregados um seguro de vida e invalidez permanente em grupo, observadas as seguintes coberturas mínimas:

- R\$ 25.690,73 (vinte e cinco mil, seiscentos e noventa reais e setenta e três centavos), em caso de morte do empregado independente do local do ocorrido, culpa ou dolo da empresa;



SINTEST - MG

SINDICATO DOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CÓDIGO OFICIAL 921.005.371.04189-7 CNPJ: 25.578.642/0001-01 – FUNDADO EM 10-12-1988

- R\$ 8.991,76 (oito mil, novecentos e noventa e um reais e setenta e seis centavos), em caso de invalidez do empregado causada por acidente de trabalho ou doença de qualquer natureza, independentemente do local do ocorrido, culpa ou dolo da empresa.

- R\$ 25.690,73 (vinte e cinco mil, seiscentos e noventa reais e setenta e três centavos), em caso de morte do empregado independente do local do ocorrido, culpa ou dolo da empresa;

- R\$1.926,81 (um mil e novecentos e vinte e seis reais e oitenta e um centavos), em caso de morte de cada filho (a) do empregado (a) por qualquer causa;

- R\$1.926,81 (um mil e novecentos e vinte e seis reais e oitenta e um centavos), em caso de filho excepcional e/ou deficiente físico, que seja obstado de exercer atividade remunerada.

11.1. Os valores da cobertura mínima sofrerão atualização mensal pela variação do I.C.V.

11.2. Além da cobertura prevista no item 11, a apólice de seguro de vida em grupo deverá contemplar uma cobertura para auxílio funeral, que cobrirá todas as despesas exigidas, que deverá ser corrigido na forma do item 11.1, bem como, será pago aos dependentes legais em caso de falecimento do empregado. São devidos, ainda, nos casos de morte do cônjuge e dos dependentes diretos.

11.3. As indenizações deverão ser processadas e pagas aos beneficiários do seguro, no prazo de 24 horas após a entrega da documentação exigida pela seguradora.

11.4. Ocorrendo morte do empregado, por qualquer causa, independentemente do local ocorrido, os beneficiários receberão uma cesta básica com 50 kg de alimentos, até que inicie o recebimento dos benefícios junto à Previdência.

11.5. As empresas terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente instrumento coletivo de trabalho, para aderir à apólice conveniada com o Projeto UNIMED Seguradora, sub estipulada pelo SINTEST-MG, (Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Minas Gerais), ou enviar ao sindicato, mensalmente, cópia autenticada da apólice que garanta este benefício aos trabalhadores, na qual deve ser parte integrante de suas condições especiais a íntegra das condições da presente cláusula de Seguro de Vida em Grupo, e respectivo comprovante de pagamento do prêmio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PLANO DE SAÚDE

12. As empresas terão o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do presente instrumento coletivo de trabalho, para aderir à apólice conveniada com o Convênio Vallem/Valor, sub estipulada pelo SINTEST-MG, (Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Minas Gerais), ou enviar ao sindicato, mensalmente, cópia autenticada do pagamento da adesão ou do plano vigente que garanta este benefício aos trabalhadores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PLANO DE PREVIDENCIA PRIVADA

13. As empresas terão o prazo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura do presente instrumento coletivo de trabalho, para formalizar em documento próprio a adesão de plano



SINTEST - MG

SINDICATO DOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CÓDIGO OFICIAL 921.005.371.04189-7 CNPJ: 25.578.642/0001-01 – FUNDADO EM 10-12-1988

de previdência privada do Convênio UNIMED Previdência, sub estipulada pelo SINTEST-MG, (Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Minas Gerais), ou enviar ao sindicato, mensalmente, cópia autenticada do pagamento da co-participação do plano que garanta este benefício aos trabalhadores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ESTABILIDADE DA GESTANTE

14. Garante-se a estabilidade provisória da empregada gestante até 06 (seis) meses após o parto, assegurando-lhe o direito de, em permanecendo no emprego, amamentar o seu filho, gozando de descanso de 30 (trinta) minutos a cada 3 horas de trabalho.

14.1. A critério da Empregada o descanso a que alude o item 14 desta cláusula poderá ser gozado cumulativamente no início ou término da jornada diária.

14.3. A garantia acima cessará no caso de rescisão de contrato de trabalho por mútuo acordo entre empregada e empregador, com a assistência do Sindicato Profissional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - EMPREGADOS EM VIAS DE APOSENTADORIA

15. Aos empregados que, comprovadamente, manifestarem, por escrito e na vigência do seu contrato de trabalho, a condição de estarem no máximo 12 (doze) meses do período da aquisição do direito à aposentadoria, e que tenham um mínimo de 05 (cinco) anos de trabalho na atual empresa, ou que estejam a 18 (dezoito) meses da aquisição do direito de aposentadoria e tenham 10 (dez) anos de serviço na atual Empresa, fica assegurado o emprego ou salário durante o período que falta para aposentar-se.

15.1. Completados os 30 (trinta) anos de serviço, ou período necessário à obtenção de aposentadoria especial, sem que o empregado requeira, fica extinta esta garantia convencional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PENALIDADE

16. Fica instituída multa penal, por infração às disposições clausuladas nesta Convenção ou por empregado, o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do piso salarial mínimo da categoria, exclusivamente nas obrigações de fazer, a qual reverterá em favor do prejudicado sobre o valor de **R\$ 3.277,37 (três mil, duzentos e setenta e sete reais e trinta e sete centavos)**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - NORMAS DAS CATEGORIAS PREPONDERANTES

17. Além dos DIREITOS aqui CONVENCIONADOS e que são específicos da categoria profissional abrangida, ficam estendidas aos empregados Técnicos de Segurança do Trabalho as cláusulas e os respectivos benefícios constantes em acordos e normas coletivas de trabalho aplicáveis para a categoria profissional preponderante da empresa, sobretudo as cláusulas e benefícios mais benéficos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANUAL

18. É obrigatório o desconto equivalente a 01 dia do salário dos empregados Técnicos de Segurança do Trabalho, independente de oposição, devendo ser recolhido em até 10 (dez)



SINTEST - MG

SINDICATO DOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CÓDIGO OFICIAL 921.005.371.04189-7 CNPJ: 25.578.642/0001-01 – FUNDADO EM 10-12-1988

dias após a assinatura da CCT, a favor do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Minas Gerais, em conformidade com o que determina os arts. 545, 578, 579, 582 e 602 da lei 13.467/2017 e Arts. 8º e 149 da Constituição Federal.

18.1. O Sindicato Patronal se compromete a veicular a seus filiados a obrigatoriedade da contribuição, sendo que o não recolhimento incidirá multa de 10% (dez por cento), nos 30 (trinta) primeiros dias, com o adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente de atraso, além de juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês e correção monetária, ficando, nesse caso, o infrator, isento de outra penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

19. O empregador descontará de todos os seus empregados, associados ou não, beneficiados com as cláusulas do presente instrumento, o valor correspondente a 4% (quatro por cento) sobre o salário base, descontada a partir 1º mês subsequente à assinatura deste instrumento, e no caso de contratação posterior a assinatura desta CONVENÇÃO, o desconto deverá ser efetuado no 1º mês subsequente à contratação, recolhendo as respectivas importâncias à conta do SINTEST/MG, sob pena das cominações previstas no item 16.

19.1. A validade do desconto a que se refere a presente cláusula fica condicionada a não oposição pelo empregado, que deverá ser manifestada individualmente, por escrito e de forma específica, devidamente identificada com a razão social e CNPJ, contato do telefone e e-mail do responsável do Departamento de Recursos humanos (RH) do empregador, perante o sindicato profissional, por carta pessoalmente entregue na sede da entidade ou nas suas sub sedes regionais, obedecido o seguinte parâmetro:

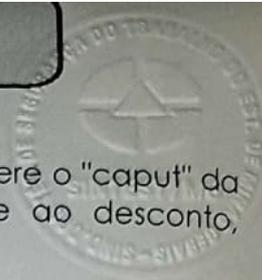
1 - Por carta, em envelope individual, e acompanhado de cópia de documento de identidade com assinatura e dados para contato - telefone e endereço eletrônico, no prazo de 10 dias a contar da assinatura desta CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO.

19.2. Caso reste evidente ou haja fundados indícios de que o trabalhador foi induzido ou constrangido a se opor ao pagamento da contribuição assistencial por seu empregador ou entidade a ele relacionada, não decorrendo, assim, a manifestação de oposição de sua livre vontade, o sindicato comunicará a Procuradoria Regional do Trabalho, ficando a aceitação ou não da oposição suspensa até a conclusão do inquérito a ser instaurado pelo Ministério Público do Trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

20. Por decisão de Assembleia Geral Extraordinária da Categoria Profissional, no mês de dezembro as empresas descontarão, de uma só vez, de todos os empregados beneficiados por esta CONVENÇÃO, associados ou não, em favor da entidade sindical dos empregados, o valor correspondente a 4% (quatro por cento) do valor piso salarial do empregado e/ou estipulado na cláusula terceira.

20.1. O pagamento da taxa acima nominada será efetuado até o 10º (décimo) dia útil subsequente à efetivação do respectivo desconto, através de depósito bancário ou guia especial fornecida pelo Sindicato, que será enviada à empresa por e-mail.



20.2. O descumprimento pela empresa do recolhimento da taxa a que se refere o "caput" da cláusula, no prazo de até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao desconto, determinará a incidência de multa idêntica à prevista no artigo 600, da CLT.

20.3. A mesma taxa será descontada dos empregados que vierem a ser admitidos dentro do período de vigência deste instrumento por ocasião do seu primeiro pagamento, excetuando-se os empregados que comprovem ter efetivado tal recolhimento, sendo que para estes será efetuado o desconto somente das parcelas em aberto, se existirem.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

21. Fica assegurado a todos os empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva do Trabalho, e não associado ao SINTEST/MG, o direito de oposição aos descontos acima instituídos, que deverá ser manifestada individualmente, por escrito e de forma específica, até 10 dias após a assinatura desta CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO.

21.1. As partes que incentivarem ou criarem obstáculos para a oposição individual ao desconto da Contribuição Profissional estarão sujeitas a serem denunciadas perante o Ministério Público do Trabalho.

21.2. Sindicato, a fim de darem publicidade ao referido direito de oposição se comprometem a divulgar tal direito no site e mídias sociais do sindicato.

21.3. A oposição referida no item 19 deverá ser feita na sede do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do estado de Minas Gerais, sediada à Av. Augusto de Lima 233 – bloco 1 - sala 1325/1329 – 13º Andar – Belo Horizonte – Minas Gerais, CEP 30.190-000 ou em suas sedes regionais oficialmente divulgadas através do site do SINTEST/MG ou através de carta registrada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – ATUALIZAÇÃO TÉCNICA

22. Fica garantida a participação em cursos, seminários, congressos técnicos de interesse da categoria ou eventos devidamente comprovados, limitados a 10 (dez) dias por ano, mais dois sábados, nas empresas que possuam expediente aos sábados, sem prejuízo salarial, inclusive das férias, 13º salário e descanso semanal remunerado (DSR), desde que, pré-avisado a empresa por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

22.1. Fica garantido o aumento em 1% (um por cento) no salário base anual o Técnico em Segurança do Trabalho que participar da atualização técnica oferecida pelo Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Minas Gerais e/ou Associação Brasileira dos Técnicos de Segurança do Trabalho - ABRATEST.

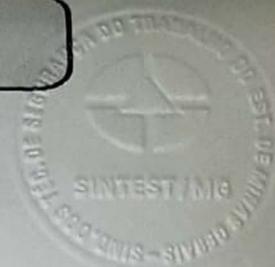
22.2. As empresas terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente instrumento coletivo de trabalho, para aderir ao convênio do Projeto C_TesT de capacitação profissional, sub estipulada pela Associação Brasileira dos Técnicos de Segurança do Trabalho - ABRATEST, em convênio com a UFMG, FUNDACENTRO e SINTEST-MG, (Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Minas Gerais), ou enviar ao sindicato, cópia autenticada de capacitação profissional de cada empregado que garanta este benefício aos trabalhadores, com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas.

15



SINTEST - MG

SINDICATO DOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CÓDIGO OFICIAL 921.005.371.04189-7 CNPJ: 25.578.642/0001-01 - FUNDADO EM 10-12-1988



CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA CLÁUSULA MAIS BENÉFICA

23. Respeitadas as cláusulas objeto deste instrumento, que são específicas à categoria profissional abrangida, ficam estendidas aos empregados Técnicos de Segurança do Trabalho, as demais cláusulas e respectivos benefícios constantes de eventuais normas coletivas de trabalho existentes, e que estejam e venham a permanecer em vigor na constância deste instrumento, bem como das que vierem a ser pactuadas durante a sua vigência, aplicáveis para a categoria profissional preponderante nas empresas, isoladamente consideradas, nas quais prestem seus serviços profissionais, negociadas pelos sindicatos preponderantes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PRERROGATIVAS DO DIRIGENTE SINDICAL

24. Assegura-se a frequência livre dos dirigentes sindicais para participarem de Assembleias ou Reuniões Sindicais devidamente convocadas e comprovadas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Quando não afastados de suas funções na empresa, poderão ausentar-se, sem prejuízo de sua remuneração, para participar de cursos e seminários, desde que pré-avisada a empresa, por escrito, pelo Sindicato Profissional, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

25. Será efetuado o recolhimento pelas Empresas, em favor da Entidade Sindical profissional dos empregados técnicos de segurança do trabalho no Estado de Minas Gerais, o equivalente a 5% (cinco por cento) do salário do empregado, já reajustado a título de Fundo de Desenvolvimento Profissional, importância essa a ser recolhida em conta vinculada da Caixa Econômica Federal, através de depósito bancário ou guias/boletos a serem fornecidas pelo Sindicato Profissional, limitado a R\$ 329,70 (trezentos e vinte e nove reais e setenta centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO: O recolhimento para o fundo de desenvolvimento profissional habilita automaticamente as empresas a indicarem os profissionais Técnicos de Segurança do Trabalho a participar de um curso constante da lista fornecida pelo Sindicato Profissional, a escolher, sem mais nenhum ônus a esta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS E ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

26. As empresas e/ ou empregadores fornecerão a entidade sindical profissional relação dos empregados existentes na empresa, constando nome, profissão e remuneração de cada um deles, bem como RAIS/CAGED dos últimos 05 (cinco) anos, para fins de estudos estatísticos e projetos assistenciais.

26.1. As empresas se comprometem a receber os diretores do sindicato profissional e seus assessores, limitado a um número máximo de quatro pessoas, desde que a visita seja pré-agendada com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e pré-estabelecido o assunto a ser tratado.



SINTEST - MG

SINDICATO DOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CÓDIGO OFICIAL 921.005.371.04189-7 CNPJ: 25.578.642/0001-01 - FUNDADO EM 10-12-1988

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIAS SINDICAIS

27. Concede-se ao dirigente sindical ou ao suplente em exercício, licença remunerada da empresa enquanto perdure o seu mandato ou de até 04 (quatro) dias por mês para o exercício de atividades sindicais, sem prejuízo de seu tempo de serviço, do período de férias, pagamento de 13º salário e do repouso remunerado. A requisição da licença, por escrito, será dirigida pelo Presidente da Entidade Profissional ou seu substituto legal, com antecedência mínima de 72:00 horas (setenta e duas horas) para a empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FORO E JUÍZO COMPETENTE

28. Fica eleito o foro da Justiça do Trabalho da sede do Sindicato Profissional, para dirimir qualquer ação em que o SINTEST/MG for parte.

**JURÍDICO
SINTEST-MG**

SINTEST - MG
Claudio Ferreira Santos
Presidente

Sind. dos Téc. Seg.
Trab. Est. M.G.
Av. Augusto de Lima, 233 - Cj. 1325/1329
Ed. Arcangelo Maleta - CEP: 30.190-000
Fone: 3213-2279
C.E.S. 921.005.371.04189-7

Claudio Ferreira Santos
Técnico de Segurança do Trabalho
Reg. Nº MG/003204.2 DSST/SITINTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

Processo Administrativo nº. 12.759/2018, Processo Licitatório nº. 160/2018, Tomada de Preço nº. 08/2018, Prefeitura Municipal de Paracatu / Secretaria Municipal de Obras. AVISO DE LICITAÇÃO. Tomada de Preço nº 08/2018, Processo de Compra nº 303/2018 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA NO BAIRRO PARACATUZINHO, NA INTERSECÇÃO DAS AVENIDAS BENEDITO J. J. ANSELMO E TENENTE HUGO LIMA. Local da realização da sessão pública da Tomada de Preços: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Av. Olegário Maciel nº 166 - Centro, no dia 17-12-2018 às 09:00h. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - Situada no endereço acima mencionado e no site da Prefeitura www.paracatu.mg.gov.br Paracatu, 29 de Novembro de 2018. Wender Ulhoa Assis - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. AVISO DE LICITAÇÃO. Pregão Presencial SRP Saúde nº 33/2018. Processo de Compra nº 280/2018 - tipo menor preço por item. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONTROLE DE PRAGAS URBANAS, LIMPEZA E DESINFECÇÃO QUÍMICA DE CAIXAS, CÉLULAS E RESERVATÓRIOS D'ÁGUA. Local da realização da sessão pública do pregão: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Av. Olegário Maciel nº 166 - Centro, no dia 14-12-2018 às 09:00h. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - Situada na Avenida Olegário Maciel, 166 - Centro e no site da Prefeitura www.paracatu.mg.gov.br, Paracatu, 30 de novembro de 2018. Cleidimar Monteiro Alves - Pregoeira.

INSTITUTO CULTURAL NEWTON PAIVA FERREIRA LTDA.
CNPJ/MF 16.521.155/0001-03 - NIRE 31.207.248.511
CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ANUAL DE SÓCIOS

Na forma do artigo 1.152 da Lei nº 10.406/2002, ficam convocados os Senhores Sócios Quotistas do INSTITUTO CULTURAL NEWTON PAIVA FERREIRA LTDA., a participarem da Reunião de Sócios que se realizará no dia 7 (sete) de dezembro de 2018 às 09h (nove horas), na sede da Sociedade, localizada à Rua José Cláudio Rezende, nº 420, Bairro Estoril, Belo Horizonte/MG, a fim de deliberarem sobre: - Autorização para prestação de garantia para terceiros. **Informações adicionais sobre a ordem do dia estão à disposição dos Sócios na sede da Sociedade.**
Belo Horizonte, 27 de novembro de 2018
RICARDO DE SOUZA ADENES - Diretor

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA/MG

Torna público a abertura do processo licitatório nº 195/2018, Tomada de preços nº 007/2018 - Objeto: Contratação de empresa (s) para Construção das Unidades Básicas de Saúde, Padrão 1, (01 equipe de saúde da família) a serem implantadas nos Bairros Cidade Nova e Santa Sara do Município de Nova Serrana-MG. Entrega dos Envelopes - dia 27 de dezembro de 2018 às 13 horas. Mais informações pelo telefone 37- 3226.9011. Nova Serrana, 30 de novembro de 2018. Elaine Maria Ribeiro Pires - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO - MG.

Aviso de Pregão 53/2018. Através de sua Pregoeira Oficial, torna pública a abertura do Processo Licitatório no 166/2018, na modalidade Pregão no 53/2018, na forma presencial, do tipo menor por Item, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, e demais condições fixadas no instrumento convocatório. Objeto: Registro de preços para contratação de serviços especializados de manutenção mecânica e outros serviços em geral para os veículos de Transporte Escolar do Município de Santa Cruz do Escalvado - MG. Credenciamento e abertura dos envelopes: 14/12/2018 até 14h00min. Local: Rua Capitão Luiz Sette, 130, Centro, Santa Cruz do Escalvado - MG. Informações pelo telefone (31) 3883-1152, das 13h00min às 16h00min. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima na sede. Pregoeira - Patrícia Travassos Vieira.

SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE VALADARES
ANULAÇÃO

O SAAE - Serviço Autônomo de Água Valadares, torna público a anulação do Pregão 064/2018, na modalidade de Pregão objeto a AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE VÍCIOS DE LEGALIDADE que invalida o edital.
Governador Valadares,
(a) Alcyr Nascimento Júnior

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - APROVAÇÃO DE PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS E SOCIAIS 2018/2019.

SINDICATO DOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO DE MINAS GERAIS - SINTEST/MG.

O Presidente no uso e gozo de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Minas Gerais, associados ou não ao Sindicato, que trabalham nas Indústrias Metalúrgicas, Indústrias Extrativas, Indústrias Plásticas, Petroquímicas, Empresas de Transporte de Cargas, passageiros e de valores, Empresas de Asselo e Conservação, Empresas da Construção Civil e Construção pesada, Empresas do Comércio e Serviços, Empresas de Consultoria em SST, Empresas de Recursos Humanos e Serviços Temporários, Entidades Filantrópicas e sem Fins Lucrativos, Hospitais e assimilares, Indústrias Alimentícias e de Laticínios, indústrias do mobiliário, Cal e Gesso, Olaria, Produtos de Cimento, Marmorarias, Empresas de Limpeza Urbana, Empresas de Consultoria e Perícias, Empresas de Engenharia Consultiva e de contabilidade, bem como os Técnicos de Segurança do Trabalho que trabalham nas empresas dos demais seguimentos econômicos existentes no Estado de Minas Gerais, para participarem das **Assembleias Gerais Extraordinárias** a serem realizadas no dia 08/12/2018, **SÁBADO às 10:00 horas**, em primeira convocação, nos seguintes endereços: Na sede do sindicato, situado na Av. Augusto de Lima, nº233, salas 1325/1329, 13º andar, Centro de **BELO HORIZONTE/MG**; na Rua Dona Mariana Evangelista, 137/102 Bairro Poço Rico em **JUIZ DE FORA/MG**; na Rua João Souto, nº700, Bairro Centro de **MONTES CLAROS/MG**. Nas referidas assembleias serão discutidas, deliberadas, votadas e aprovadas as seguintes ordens do dia: a) elaboração, discussão e aprovação das pautas de reivindicações da categoria, a serem remetidas às diversas entidades patronais e/ou empresas, visando à celebração de acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, relativas às datas base de 2018/2019; b) autorização para que a diretoria do Sindicato possa firmar ACT ou CCT com as entidades patronais respectivas, com ou sem mediador, e na sua inviabilidade, conceder poderes à Diretoria para que seja ajuizado Dissídio Coletivo perante o TRT/MG; c) deliberação acerca da Instituição de contribuições sindicais e sociais à entidade, a serem pagas por todos os integrantes da Categoria, filiados ou não, inclusive prévia e expressamente autorizar o desconto ou pagamento da Contribuição Sindical (artigos 578,579,582 e 611B, XXVI da CLT) e deliberação da taxa negociada, definindo valores; d) assuntos gerais de interesse da categoria. Não havendo número legal de presentes na primeira convocação, as assembleias se realizarão em segunda chamada, às 10h30min, com qualquer número de presentes, no mesmo dia e nos respectivos locais. Belo Horizonte, 28 de Novembro de 2018. CLÁUDIO FERREIRA DOS SANTOS - Presidente.

MEGALEILÕES
LEILÃO DE ALIENAÇÃO

FERNANDO JOSE CERELLO G. PEREIRA, leiloeiro oficial Jardim Paulista, devidamente autorizado pelo Credor FIDUCIÁRIOS S/A, inscrita no CNPJ sob nº 04.934.850/0001-18, no Bbi, São Paulo/SP, nos termos da Cédula de Crédito Bancária **DINOX CHAPAS E SOLDAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF: de Paula, nº 1.851, bairro São Francisco, Belo Horizonte/MG **SIMÃO E SILVA**, CPF/MF nº 954.728.436-34, com endereço bem como **JANE TAVARES SIMÃO E SILVA**, funcionária 009.820.246-49, e o Espólio de seu esposo, **EDMOND REIS** sob o nº 140.680.016-34, ambos, brasileiros, casados sob Rua Nicarágua, nº 120, Apto. 1.101, Bairro Sion, Belo Horizonte/MG modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97 às 15:00 horas, à Alameda França 580, Jardim Paulista em igual ou superior a **R\$ 606.505,00 (seiscentos e seis mil e sessenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)** cuja propriedade foi consolidada em nome da Credora FIDUCIÁRIOS S/A. **OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE BRUMADINHOS** inscrita no 179, nomeada situada na Alameda do Lago, nº 14, Bairro Crisólito, Brumadinho/MG. Obs: Quando Ocupado Art. 3º da Lei 9.514/97, caso não haja arrematante em até 20 dias, no mesmo horário e local, para realização do SEGUNDO LEILÃO, a taxa de arrematação será de vinte e cinco (25) centavos. Os interessados em participar do leilão de modo presencial e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando no ícone de leilão, não sendo aceitas habilitações exclusivamente através do www.megaileoes.com.br, resp. igualdade de condições com os participantes presentes no ato. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado irregularidade ou necessidade de averbação de construção, a fim de ser inscrita em nome do adquirente, por conta do adquirente. O disposto no parágrafo 2º-A do art. 27 da Lei 9.514/97, incluído pela Lei 11.421/06, 96 (um milhão quatrocentos e vinte e cinco centavos). Os interessados em participar do leilão de modo eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, o lote do leilão, O arrematante pagará no ato, à vista, o valor de 5% sobre o valor da arrematação. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro, catálogo ou em qualquer outro meio de comunicação de massa. Belo Horizonte, 28 de Novembro de 2018. As demais condições obedecerão ao que for alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 2018.